**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E**

**SILVA, NA 31ª SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 30 DE AGOSTO DE 2022.**

**JULGAMENTO ADIADO: CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA (Com vista**

**para o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro).**

**PROCESSO Nº 001508/2022 -** Projeto de Resolução para instituição de Política de Comunicação Institucional

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 327/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Comissão de Legislação e Regimento Interno e

Consultec, no sentido de: **9.1. Aprovar** o Projeto de Resolução dispondo sobre a Política de Comunicação

Institucional do TCE/AM; **9.2. Determinar** o envio dos autos à Secretaria do Tribunal Pleno para que proceda

à publicação da Resolução aprovada, por meio do setor competente, dando a devida publicidade ao referido

instrumento normativo; **9.3. Determinar** aos setores competentes que adotem todas as medidas pertinentes,

ao cumprimento da decisão supra, fazendo as devidas anotações de praxe; **9.4. Arquivar** os autos após o

cumprimento do item acima, nos termos regimentais.

**JULGAMENTO EM PAUTA: CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.**

**PROCESSO Nº 807/2018-S -** 2º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre

o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil -

IEPTB/AM - Seção Amazonas.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 328/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **Consultec** e no Parecer da **Dicoi**,

no sentido de: **9.1. Autorizar** a homologação do **2º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação**

**Técnica** celebrado entre este **Tribunal de Contas** e o **Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do**

**Brasil - IEPTB/AM - Seção Amazonas**; **9.2. Determinar** à SEGER que adote as providências necessárias

junto à Presidência para a assinatura do Termo Aditivo, após efetue a publicação do extrato do presente ajuste

no Diário Oficial do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993; **9.3.** Em seguida,

junto aos setores competentes, adote as medidas pertinentes à implementação dos objetivos do ajuste

aditivado.

**PROCESSO Nº 003684/2021 -** Projeto Resolução para instituição do Sistema Eletrônico de Informações –

SEI como o Sistema de Processo Eletrônico Administrativo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 329/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Comissão de Legislação e Regimento

Interno e Consultec, no sentido de: **9.1. Aprovar a** PROPOSTA DE RESOLUÇÃO visando à regulamentação

do Sistema Eletrônico de Informações – SEI; **9.2. Determinar** o envio dos autos à Secretaria do Tribunal

Pleno para que proceda à publicação da Resolução aprovada, por meio do setor competente, dando a devida

publicidade ao referido instrumento normativo; **9.3. Determinar** aos setores competentes que adotem todas

as medidas pertinentes, ao cumprimento da decisão supra, fazendo as devidas anotações de praxe; **9.4.**

**Arquivar** os autos após o cumprimento do item acima, nos termos regimentais.

**PROCESSO Nº 003097/2022 –** Solicitação de Desaverbação de Licença Especial, referente ao quinquênio

de 1986/1991 e 1991/1996, para fins de conversão em verba indenizatória, tendo como interessado o Sr.

Gylson de Carvalho Benacon.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 330/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. INDEFERIR** o pedido do Sr. **Gylson de Carvalho Benacon**, ex-servidor do TCE/AM, quanto

à desaverbação dos períodos de licença especial contadas em dobro referentes aos quinquênios de

1

986/1991 (90 dias) e 1991/1996 (90 dias), para fins de conversão em verba indenizatória em favor do

requerente**, em razão de ter se operado a prescrição do direito pleiteado, conforme o art. 1º do Decreto**

**nº 20.910/1932**; **9.2. DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** que comunique ao interessado

quanto ao teor do julgamento; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento

integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 007668/2022 –** Solicitação de Averbação de Tempo de Contribuição, tendo como interessado

o servidor Igor Angelo Monteiro.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 331/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **IGOR ANGELO MONTEIRO**, matrícula nº 0038806-A, Auditor

Técnico de Controle Externo - Área Governamental desta Corte de Contas, ora lotado no Departamento de

Auditoria de Desestatizações, Concessões e Preços Públicos - DEADESC, quanto à averbação de **8.137**

**(oito mil, cento e trinta e sete) dias, ou seja, 22 (vinte e dois) anos, 03 (três) meses e 17 (dezessete)**

**dias; 9.2. DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** a adoção de providências para a averbação do

Tempo de Contribuição no assentamento funcional do servidor **Igor Angelo Monteiro; 9.3. ARQUIVAR** o

processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 011101/2022 -** Projeto de Resolução para instituir, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado

do Amazonas, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da

Discriminação.



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 326/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Comissão de Legislação e Regimento Interno e

Consultec, no sentido de: **9.1. Aprovar** o Projeto de Resolução dispondo sobre a Política de Prevenção e

Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação do TCE/AM; **9.2. Determinar** o envio

dos autos à Secretaria do Tribunal Pleno para que proceda à publicação da Resolução aprovada, por meio

do setor competente, dando a devida publicidade ao referido instrumento normativo; **9.3. Determinar** aos

setores competentes que adotem todas as medidas pertinentes, ao cumprimento da decisão supra, fazendo

as devidas anotações de praxe; **9.4. Arquivar** os autos após o cumprimento do item acima, nos termos

regimentais.

**PROCESSO Nº 007520/2022 -** Termo de Convênio a ser firmado entre o Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas e o Tribunal Regional do Trabalho - 11ª seção, com o objetivo de regulamentar os termos e

condições para o apoio financeiro à realização da 1ª Corrida das Escolas Judiciais do Estado do Amazonas.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 332/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na **Consultec** e **Dicoi**, no sentido de: **9.1. Autorizar** a

formalização do **Termo de Convênio** a ser celebrado entre este **Tribunal de Contas do Amazonas** e

o **Tribunal Regional do Trabalho - 11ª seção, visando o apoio financeiro no valor de R$10.000,00 (dez**

**mil reais) para a realização da 1ª Corrida das Escolas Judiciais, a ser realizada no dia 11 de setembro**

**de 2022; 9.2. Determinar** a devolução do processo à SEGER, que junto à Presidência, adote as providências

para a assinatura do ajuste pelas partes e remessa de Ofício; **9.3. Determinar** à **SEGER** que elabore o extrato

do Convênio, devidamente assinado pelas partes, e, ato contínuo, **REMETA** os autos à **DICOM** para que

proceda com a publicação do referido extrato, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM, nos termos do parágrafo

único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993 e em seguida adote as medidas pertinentes à implementação dos

objetivos do ajuste.

**CONSELHEIRA-RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.**

**PROCESSO Nº 004982/2022 -** Recurso de Revisão, contra o Acórdão Administrativo nº 183/2021, exarado

nos autos do Processo SEI nº 003532/2021, tendo como interessada a Sra. Merisa Monteiro Mendes.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 333/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR e em**

**consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Dar**

**Provimento** ao Recurso de Revisão, reconhecendo o direito da servidora Sra. **Merisa Monteiro Mendes**, a

incorporar em sua remuneração os **5/5 (quintos)**, a título de vantagem pessoal, do cargo de Chefe de

Departamento de Gestão de Pessoas, símbolo CC-4, pelas razões de fato e de direito demonstrados no



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

Relatório-voto; **9.2. Determinar** à DIRH que providencie o registro da vantagem pessoal nos assentamentos

funcionais da servidora e à SEPLENO que tome as demais providências cabíveis. **Declaração de**

**Impedimento:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em

Manaus, 30 de agosto de 2022.

